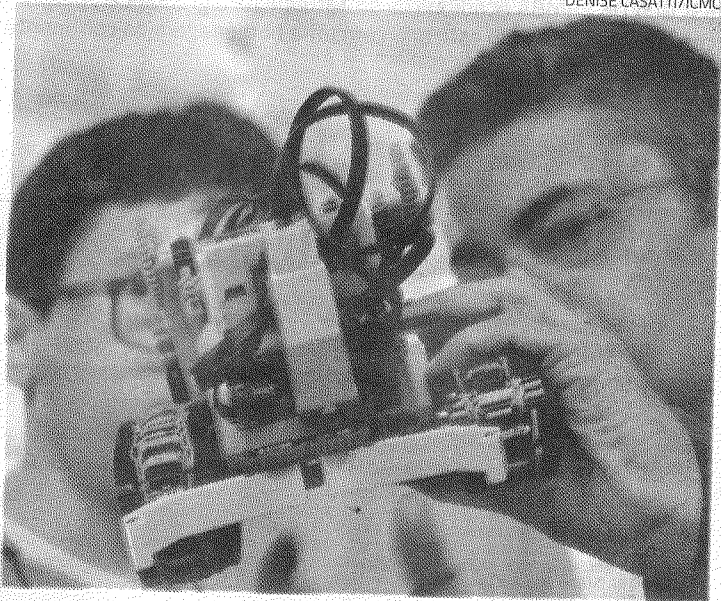


## USP São Carlos abre cursos gratuitos de Robótica e Computação

Estão abertas as inscrições para dois cursos gratuitos que serão oferecidos pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC) da USP, em São Carlos: Computação e Robótica. O público-alvo são os professores do ensino médio da rede pública, mas a participação é aberta a todos os interessados.

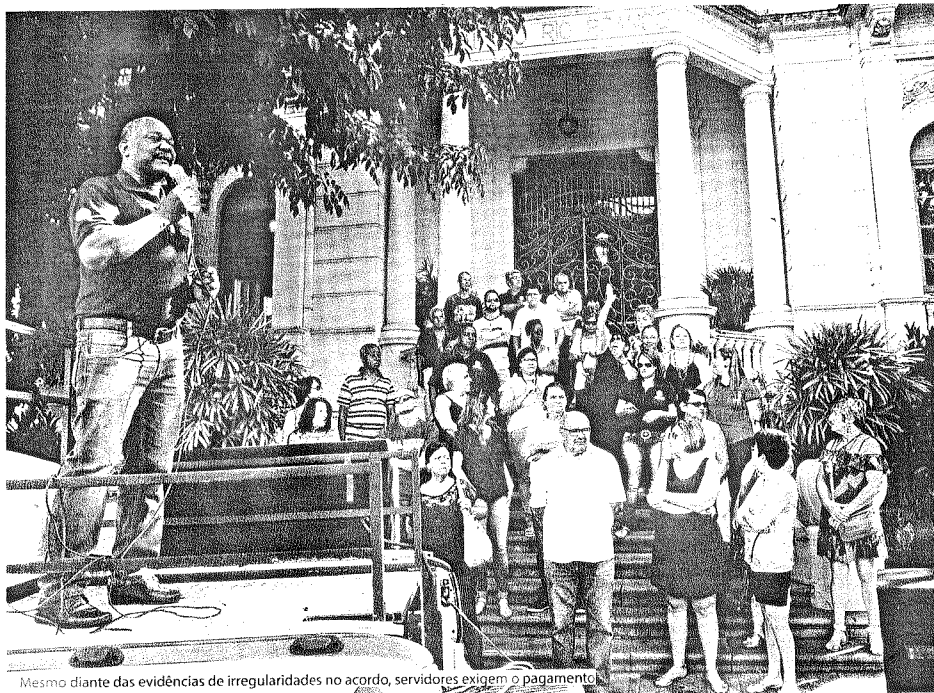
Os dois cursos acontecerão de 4 de março a 27 de maio, aos sábados. As inscrições para o curso de Computação I devem ser feitas no site [icmc.usp.br/e/550ad](http://icmc.usp.br/e/550ad) e para Robótica, no [icmc.usp.br/e/98852](http://icmc.usp.br/e/98852).



DENISE CASATTI/ICMC

Em um dos cursos, haverá atividades práticas usando um kit robótico

POLÍTICA



Mesmo diante das evidências de irregularidades no acordo, servidores exigem o pagamento

## RESQUÍCIOS DA SEVANDIJA

JUSTIÇA SUSTENTA QUE ACORDO RELATIVO AO PLANO COLLOR FOI FIRMADO DE FORMA FRAUDULENTA E SUSPENDE PAGAMENTO AOS SERVIDORES DE RIBEIRÃO PRETO POR TRÊS MESES

A Justiça suspendeu por 90 dias – com possibilidade de prorrogação – o acordo que prevê o pagamento dos 28,35% relativos ao Plano Collor aos servidores municipais. Segundo a decisão do juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Ribeirão Preto, Reginaldo Siqueira, entre os motivos apontados para a suspensão está o fato de o acordo ter

sido firmado em ata fraudulenta.

A ação que resultou na liminar que suspendeu os pagamentos foi movida pela administração municipal em razão de notícias de irregularidades e fraudes investigadas pelo Ministério Público Estadual, Polícia Federal e Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE) na Operação Sevandija, deflagrada em setembro de 2016, que

resultou na prisão de secretários municipais, vereadores, advogados e da prefeita à época, Dárcy Vera.

Na decisão, o juiz Reginaldo Siqueira aponta como ponto relevante a existência de “vício de consentimento no aditamento do acordo”, indicando que ele havia sido firmado a partir de fraudes em atas de reuniões do Sindicato, para direcionar a advogados, à ex-prefeita e ao primeiro escalão, como forma de corrupção, parte da verba devida aos servidores. Esses fatos estão sendo apurados em ação civil pública que tramita na 4ª Vara Criminal de Ribeirão Preto.

De acordo com a Prefeitura de Ribeirão Preto, dos 8.293 servidores públicos municipais, 4.725 são beneficiários do acordo. Desse montante, 701 são servidores ativos, 2.183 são herdeiros, 1.510 são aposentados e 63 são ex-funcionários. Além desse total, mais 268 são servidores ou herdeiros

